

# NOR FE 2020 EDUCAÇÃO PARA TODOS

Boletim de Informação dos Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar

N.°16 | FEVEREIRO.2021

### PIICIE: adaptar e avaliar



Este número boletim continua a apresentar projetos desenvolvidos âmbito dos PIICIE: com os projetos das Terras de Trás-os-Montes e do Município do Porto regressamos ao tema da aprendizagem da leitura e da escrita; com o projeto do Município de S. João da Madeira damos

conta de uma ação integrada junto dos alunos, com mobilização das famílias e da rede social. Incluímos ainda dois artigos, um sobre os PIICIE como possibilidade de criação e conjugação de visões, vontades e recursos, outro sobre os conselhos municipais de educação.

As 137 operações integradas nos PIICIE - 33 intermunicipais e 104 municipais - estão em diferentes fases de realização, desde as que estão concluídas, em número crescente (temos 9 com pedido de saldo submetido), até às que só se iniciaram no ano letivo 2019-2020.

A situação criada pela pandemia dificultou a realização dos projetos, designadamente dos que implicam uma relação próxima com os alunos, mas o trabalho prosseguiu sob outras formas e com outros meios, como temos procurado dar nota. Para responder a essas dificuldades, muitas operações têm vindo a ser reprogramadas, com destaque para a extensão dos prazos de realização.

A execução financeira dos PIICIE não tem acompanhado a execução física, o que vai exigir um esforço acrescido dos responsáveis: municípios, entidades intermunicipais e autoridade de gestão.

Nesta fase, importa também investir na avaliação dos projetos, concretizando as ações já previstas no respetivo PIICIE ou aproveitando a reprogramação das operações para incluir esta dimensão, quando recomendável.

A avaliação dos PIICIE impõe-se, seja na perspetiva da prestação de contas, seja para recolha de informação que nos permita sermos mais seletivos e focados nas iniciativas a empreender no futuro próximo, reconhecendo a ação que é mais eficaz na promoção do sucesso escolar e da equidade no acesso aos benefícios da educação e a que mais propicia o desenvolvimento de novas áreas de cooperação entre as escolas e os municípios.

#### **NORTE 2020**

Secretariado Técnico Emprego, Qualificação e Inclusão Social

### **NESTE NÚMERO**

PROMOVER A LEITURA E A ESCRITA na CIM das Terras de Trás-os-Montes [PÁG. 2-3]

DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR AO SECUNDÁRIO: METODOLOGIAS QUE CONSOLIDAM A LEITURA E A ESCRITA no Porto [PÁG. 4-5]

INTERVIR, CONVERGIR E CONSTRUIR em S. João da Madeira [PÁG. 6-7]

O PIICIE COMO POSSIBILIDADE DE CRIAÇÃO E CONJUGAÇÃO DE VISÕES, VONTADES E RECURSOS [PÁG. 8-9]

CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, uma instância a potenciar [PÁG. 10-11]

BREVES: Abandono escolar precoce e Direitos da Criança [PÁG. 12-13]

### **COORDENAÇÃO TÉCNICA**

CCDRN/ Secretariado Técnico Emprego, Qualificação e Inclusão Social (NORTE 2020)

### **APOIO EDITORIAL**

Unidade de Apoio à Estratégia de Comunicação do NORTE 2020

SUBSCREVA O BOLETIM:

CLIQUE AQUI











### O Projeto «Promover a leitura e a Escrita» da CIM-TTM: intervenção em contexto de pandemia

O Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, reconhecendo que na escola de hoje vive uma "geração global", aponta para uma educação em que os alunos constroem e sedimentam uma cultura científica e artística de base humanista, tomando como alicerce fundamental a educação para todos que nos impõe o reconhecimento e a valorização das diversidades e complexidades sociais.

Também sabemos que o ano de 2020 nos confrontou com novos e inesperados desafios escolares, fazendo emergir os discursos e a atenção sobre o problema das desigualdades no acesso à educação. Este não é, ainda assim, um momento tão trágico como o vivido e narrado em *Se isto é um homem* (de Primo Levi). Mas vem-nos à ideia o episódio em que, por gratidão, os prisioneiros decidem oferecer uma fatia de pão, gesto que leva o narrador a comentar: "Foi este o primeiro gesto humano que aconteceu entre nós. [...] voltamos lentamente a ser homens".

O projeto «Promover a Leitura e a Escrita» (PLE), em implementação nos onze agrupamentos de escolas da Comunidade Intermunicipal de Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM), enquadra-se nesta dimensão fundamental em que a educação é o mais relevante processo de humanização do homem. Desde o início deste Projeto que, para todos os que nele estão envolvidos técnica e profissionais, (promotores, equipa nomeadamente educadores(as) de infância e professores(as) do 1.º Ciclo do Ensino Básico), as palavras de ordem são "prevenir" e "intervir" no âmbito do quadro geral de combate ao insucesso escolar.

### **OBJETIVOS DO PROJETO**

Recorde-se que o PLE tem como finalidade última o desenvolvimento das competências de leitura e escrita das crianças envolvidas, numa perspetiva que tem em vista a promoção do seu sucesso escolar. Orienta-se, portanto, pelos seguintes objetivos:

- Desenvolver uma ação pedagógica diferenciada, nomeadamente no âmbito das competências de leitura e escrita, capaz de promover o sucesso escolar dos alunos;
- Detetar precocemente problemas de leitura e escrita e intervir com eficácia nestes problemas;
- Conceber e realizar ações promotoras do desenvolvimento de competências de leitura e escrita, com recurso a suportes analógicos e digitais;
- Desenvolver ações fundamentadas de articulação das competências de leitura e escrita com o desenvolvimento holístico da criança;

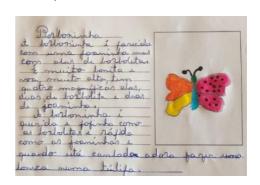
- Trabalhar colaborativamente nos processos de construção de saberes e práticas promotores do sucesso escolar dos alunos, nomeadamente no que se refere ao seu desempenho na leitura e escrita;
- Refletir acerca dos processos pedagógicos desenvolvidos, promovendo abertura à inovação e à mudança de práticas, numa perspetiva de desenvolvimento profissional.

Este projeto tem vindo a desenvolver-se numa base de diagnóstico, mas também de um trabalho de acompanhamento e de apoio aos profissionais dos agrupamentos. Ao nível do diagnóstico, tem-se debruçado na avaliação das competências fonológicas das crianças que estão a terminar a educação pré-escolar (crianças de cinco anos) e das competências de leitura e de escrita das crianças que frequentam o 1.º CEB.

O projeto tem a particularidade de acompanhar no tempo as turmas envolvidas, pelo que se iniciou com crianças que frequentavam o último ano da educação pré-escolar e com os alunos dos 1.º e 2.º anos de escolaridade, estando, neste ano letivo, em implementação nos quatro anos do 1.º ciclo do ensino básico. Paralelamente ao diagnóstico, e considerando-o em articulação com o conhecimento e as perceções dos profissionais envolvidos, tem-se desenvolvido um trabalho com vista à implementação de práticas na sala de aula promotoras de sucesso na leitura e na escrita.

### TRABALHO COOPERATIVO À DISTÂNCIA

A equipa técnica e os educadores e professores envolvidos neste projeto souberam transformar o que se instaurou como um constrangimento (referimo-nos evidentemente ao início do confinamento e à passagem para um modelo de ensino à distância) numa oportunidade, graças ao aprofundamento de um trabalho cooperativo traduzido na partilha de propostas didáticas de leitura e escrita. Efetivamente, durante os 2.º e 3.º períodos do ano letivo 2019/2020, a equipa técnica adaptou, criou e enviou uma série de atividade de leitura e escrita passíveis de serem usadas (com as necessárias adequações) pelos educadores e professores nos seus contextos. Nestas atividades fomentava-se a colaboração e o envolvimento das famílias e a escrita criativa (como, por exemplo, na invenção de um animal híbrido).







Trabalhos 1.º ciclo: Invenção de um animal híbrido

Foram partilhadas atividades realizadas a partir da leitura do poema "Urgentemente" (de Eugénio de Andrade), a qual possibilitou a escrita sobre o que as crianças sentiam como mais urgente no momento atípico que viviam. Outras atividades desenvolveram-se a partir da audição (e da leitura dos poemas) de músicas como "Balada da estrada do sol" de André Sardet ou "No teu poema", de José Luís Tinoco. Outra proposta ainda (apenas para acrescentar mais um exemplo) foi a da criação de um livro leque fazendo apelo à escrita autobiográfica. O livro leque, tal como a vida, fica sempre em aberto, podendo ser continuado a qualquer momento.



Trabalho 1.º ciclo: "O caminho de..." (livro leque / escrita autobiográfica)

Uma preocupação especial foi dirigida às crianças em risco na aprendizagem da leitura e da escrita, pela sugestão de atividades de "leitura repetida", com base nas propostas de Bos e Vaughn (1998), em *Strategies for teaching students with learning and behavior problems*, ou de escrita a partir de sequências de imagens [atividades adaptadas de Harwell, J. M., & Jackson, R. W. (2008). *The complete learning disabilities handbook: Ready-to-use strategies & activities for teaching students with learning disabilities*. Jossey-Bass].



Cartaz do Webinar "Tecnologias de apoio à aprendizagem da leitura e da escrita no 1.º ciclo"

Já no presente ano letivo, sem descurar o desenvolvimento de atividades de consciência fonológica, acentuou-se o trabalho ao nível da promoção da leitura e da escrita com vista ao reforço da capacitação dos professores envolvidos para o uso das tecnologias digitais no ensino à distância. Neste sentido, realizou-se um Webinar sobre ferramentas tecnológicas para o desenvolvimento das competências referidas e, numa sessão de capacitação, trabalhou-se a escrita colaborativa com recurso ao Storyjumper e foram esclarecidas algumas dúvidas sobre ferramentas para elaboração de atividades de avaliação formativa usando kahoot, socrative ou nearpod.

Não havendo espaço para longas análises (elas serão elaboradas na brochura final do projeto), regista-se o grande envolvimento dos docentes e das crianças nas atividades propostas. Sabe-se perfeitamente que a aprendizagem da leitura e da escrita é um caminho longo (de toda a vida, na verdade). Por isso, este projeto deverá consolidar-se numa crescente articulação com outros projetos. Haja vontade.

Equipa Técnica do "Promover a Leitura e a Escrita" Carlos Teixeira, Instituto Politécnico de Bragança, Escola Superior de Educação

Paula Vaz, Centro de Investigação em Educação Básica, Instituto Politécnico de Bragança, Escola Superior de Educação

Vitor Gonçalves, Centro de Investigação em Educação Básica, Instituto Politécnico de Bragança, Escola Superior de Educação







### Da Educação Pré-escolar ao Secundário: metodologias que consolidam a leitura e a escrita

O Programa de Promoção da Aprendizagem da Língua Portuguesa — PPALP, promovido pelo Município do Porto em parceria com o Instituto Politécnico do Porto, desenvolve-se, desde outubro de 2018, em todos os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas da cidade, tendo já envolvido, até ao ano letivo de 2019-2020, cerca de 1750 crianças e alunos de vários níveis de ensino.

O projeto configura as ações Centro de Investigação e Intervenção na Leitura (CiiL), dirigidas à EPE e ao 1.º CEB, e a ação - A Falar é que a Gente se Entende, orientada para o 7.º ano do 3.º CEB e 10.º ano do ES. A operação tem como objetivos, entre outros, o combate precoce às dificuldades de aprendizagem da leitura, o desenvolvimento de competências pré-leitoras e leitoras e o reforço da aprendizagem da língua materna.

### Balanço do PIICIE do Município do Porto

É sempre importante fazer uma reflexão sobre o impacto do projeto, considerando as suas múltiplas trajetórias, nomeadamente quando se pretende aferir o alcance do mesmo e o grau de consecução dos objetivos traçados. Importa ainda não descurar a monitorização e avaliação da operação, ferramentas importantes que nos compelem a corrigir desvios e implementar melhorias ao longo da sua execução.

Até à data, os resultados obtidos demostram melhorias no desempenho escolar, redução do número de alunos com níveis negativos, bem como a evolução positiva das classificações na Língua Portuguesa. Paralelemente assiste-se à diminuição dos números de retenção e desistência, face aos valores de referência apresentados em candidatura.

# Impacto da pandemia nas ações e nas aprendizagens

Múltiplas dificuldades e indeterminações com a suspensão das aulas presenciais em março de 2020 levaram a equipa a adaptar-se a este novo paradigma, com a realização de um plano estratégico ajustado às necessidades sentidas pelas escolas e pelos alunos, adaptando o modelo para intervenção virtual.

A ação CiiL publicou nas redes sociais 41 atividades dirigidas à promoção das competências pré-leitoras e das competências leitoras em formato vídeo, nas plataformas *Youtube, facebook* e *instagram*, e 13 edições da *newsletter* CiiL de periodicidade semanal.

Dados relativos ao grau de satisfação dos encarregados de educação (EE) e dos professores/educadores envolvidos no projeto apontam para níveis elevados de satisfação com a intervenção CiiL.

Antes do confinamento a percentagem de EE "bastante" a "muito satisfeitos" aproximava-se dos 90%, tendo esse valor aumentado para os 99% durante o período da Covid-19. A satisfação relativa aos conteúdos partilhados atinge igualmente níveis elevados, com 95% dos inquiridos a revelarem muita satisfação com as propostas de atividades partilhadas.

Mesmo tendo os resultados da avaliação e satisfação com a intervenção CiiL virtual sido promissores, há aspetos que devem ser tidos em consideração no sentido de melhorar a intervenção CiiL. Em específico, aponta-se para a necessidade de atingir um maior número de crianças a acompanhar o CiiL em modo virtual. Para tal é crucial a manutenção do trabalho em parceria entre as escolas e a equipa CiiL, de forma a atingir e captar a atenção dos encarregados de educação para a importância deste tipo de atividades.



Flyer Veio-Veio

Na ação — A Falar é que a Gente se Entende, no referido período pandémico, participaram no plano virtual 68% dos 214 alunos identificados para a intervenção. O plano virtual integrou sessões síncronas de 50 minutos e atividades assíncronas com periodicidade semanal, dinamizadas quer pela docente de Língua Portuguesa



contratada e afeta ao projeto, quer por docentes de diferentes áreas disciplinares.

Dos dados apurados, constatou-se uma melhoria na avaliação da disciplina de Língua Portuguesa, visível nos alunos sinalizados para intervenção, comparativamente com os alunos não abrangidos pelo projeto. Pese embora este retrato nos indique uma evolução positiva, deverá ser realizado um esforço para alargar o número de alunos de intervenção.

No âmbito da avaliação da satisfação das entidades envolvidas na ação (alunos, docentes, encarregados de educação e entidades), para efeitos de reflexão qualitativa, destacamos alguns testemunhos recolhidos no âmbito deste instrumento, que corroboram os resultados evidenciados:

"Eu gosto bastante (...) pois eu aprendo coisas novas, uso vocabulário adequado e gosto das atividades propostas, acho interessante cada trabalho que fazemos. Obrigada!" - testemunho de aluno da Escola Secundária Filipa Vilhena;

"Para os alunos o sucesso do projeto foi inquestionável, eles sentiram-se envolvidos e motivados. Em relação aos professores que colaboraram no projeto, foi uma boa experiência de partilha e colaboração (...)." - testemunho de docente da Escola Artística Soares dos Reis.



### Pontos Positivos do projeto e suas ações

- Com o intuito de definir práticas mais generalizadas e mais duradouras, as escolas apropriaram-se das ações do PPALP, incorporando-as nos seus planos de ação.
- A deteção precoce de problemáticas relacionadas com o insucesso escolar permitiu o apoio a um maior número de alunos, e uma intervenção sistemática e reforço na aprendizagem da língua materna.
- O reforço da rede colaborativa entre educadores e docentes do 1º CEB e os técnicos especializados da equipa de intervenção.
- A extensão à comunidade das atividades e jogos ao nível da EPE e do 1º CEB.
- A aplicação de metodologias de competências transversais para o reforço da aprendizagem da Língua.
- O trabalho diferenciado em pequenos grupos propiciando a alavancagem de aprendizagens de sucesso.

### Aspetos de melhoria do projeto e suas ações

- A inconsistente permanência dos alunos do 3º CEB e do ES abrangidos pelo projeto, não obstante os planos de ação contratualizados no início de cada ano letivo.
- O facto de não existir a obrigatoriedade de os alunos selecionados para intervenção participarem e frequentarem o projeto.

### Expectativas/propostas de futuro

É com grande expectativa que o Município Porto aponta para um futuro próximo a continuidade do PIICIE municipal, para a consolidação do alargamento do projeto a todas as escolas básicas da cidade. Por conseguinte, tem papel de relevo o reforço da equipa de técnicos especializados, de âmbito multidisciplinar, para a definição de práticas mais generalizadas e duradouras, que só se tornarão viáveis com a integração de instrumentos de financiamento, orientados para o combate ao insucesso escolar.

**Nota**: são utilizadas palavras no masculino para designar, indistintamente, os géneros masculino e feminino.

### Fernando Paulo Sousa

Vereador do Pelouro da Educação da Câmara Municipal do Porto





### INTERVIR, CONVERGIR E CONSTRUIR em S. João da Madeira

... Provas claras de que sinergias criadas entre agrupamentos de escola e autarquia, envolvendo as crianças e as famílias, promovem a inclusão e fomentam o sucesso educativo.

No âmbito do Aviso de Concurso para apresentação de Candidaturas NORTE-66-2016-29 Planos Integrados e



Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar – Projetos NORTE 2020, o Município de S. João da Madeira, através da Divisão de Educação, e os Agrupamentos de Escolas Dr. Serafim Leite, João da Silva Correia e Oliveira Júnior apresentaram a financiamento o projeto intitulado "Intervir, Convergir e Construir".

Na génese do projeto, identificou-se o problema: "Embora as taxas de retenção e abandono, em S. João da Madeira, sejam reduzidas no primeiro ciclo do ensino básico, estas aumentam com a transição entre os mesmos e mantêm níveis de progressividade negativa nos ciclos seguintes. Apesar da reduzida dimensão do concelho em termos geográficos, existem assimetrias no que diz respeito às taxas de retenção ou desistência, variando entre 0% e 7,5% no 2.º ano do 1.º CEB, por exemplo, constantes até ao 12.º ano onde a amplitude dessas taxas varia entre 15,5% e os 36,4%". Este cenário reclamava, assim, a implementação de medidas de discriminação positiva, cumprindo-se, dessa forma, o objetivo da integração e coesão social.

Foram delineados os objetivos gerais: contribuir para uma redução da taxa de retenção e abandono escolar nos ciclos subsequentes ao 1.º ciclo; anular ou atenuar assimetrias existentes entre os agrupamentos de escolas, através da discriminação positiva; intervir em áreas de dificuldade na situação de ensino-

aprendizagem, contribuindo para a construção da identidade pessoal dos alunos de forma a apoiar o seu crescimento socioafetivo; acompanhar e encaminhar as famílias na resolução de problemas sociais, capacitando-as para a adoção de estratégias de parentalidade consciente, positiva e assertiva; sensibilizar as famílias para o investimento na educação escolar como forma de promoção da ascensão social e igualdade de género; promover a capacitação da estrutura triangular escola, aluno, família.

Salientam-se as quatro ações definidas, entrosadas com as respetivas atividades e objetivos: intervenção psicossocial, capacitação dos atores educativos, preparação para a transição entre o 1.º e o 2.º CEB através do programa "Quando eu for para o 5.º ano" e promoção de clubes temáticos.

## Plano integrado para intervenção psicopedagógica ...

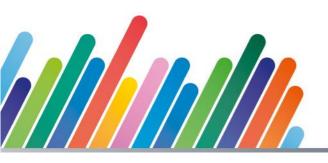
O processo de priorização dos alunos que beneficiaram de acompanhamento por parte da equipa passou, num primeiro momento, pela avaliação da situação económica e social. Após esta primeira triagem, foi realizada a avaliação psicológica e sociofamiliar e, bem assim, integrados os alunos que evidenciavam maiores fragilidades psicocognitivas e psicoafectivas e maior vulnerabilidade familiar.

Ao longo dos 3 anos de implementação do projeto a equipa envolveu 1251 alunos nas atividades de combate ao insucesso escolar — o objetivo definido em sede de candidatura era de 760 alunos —, superando, assim, as mais otimistas expetativas iniciais. Os alunos foram distribuídos pelas atividades da Ação 1 (226 alunos), Ação 3 (504 alunos) e Ação 4 (521 alunos).

O projeto desenvolveu-se, semanalmente, em contexto escolar, o que constituiu relevante vantagem e facilitador no domínio da articulação com os professores, possibilitando uma atualização, monitorização e avaliação da informação sobre a evolução do aluno acompanhado, envolvendo coordenadores de escola, professores titulares de turma, professores de apoio, professores do ensino especial e assistentes operacionais.

### ... apoiado em redes...

Acompanhar, apoiar e estimular o desenvolvimento de uma criança implica compreender e intervir nos vários domínios onde esta se integra. O projeto assentou na construção de redes, na articulação com instituições de saúde (Centro de Saúde e Centro Hospitalar), Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e Equipas de



Assessoria aos Tribunais, Associações Desportivas e Culturais...

A articulação constante com a rede social revelou-se de extrema importância, uma vez que, aquando da identificação de uma necessidade por parte da criança e/ou agregado familiar, assegurou-se resposta em tempo útil, rentabilizando todos os recursos ao dispor. A conjugação das sinergias entre a equipa e a rede social enriqueceu a intervenção, possibilitando incidir o trabalho em todos os eixos de vida das crianças acompanhadas.

## ... e na capacitação triangular entre escola, aluno e família

Considerando a indissociabilidade entre criança, família e comunidade, uma das Ações estratégias do Projeto foi a "Capacitação dos Atores Educativos" - base e alicerce para o processo educativo. Através da dinamização de sessões de capacitação parental em pequenos grupos, possibilitámos às famílias a partilha de experiências das suas práticas parentais, criando-se dinâmicas estimuladoras da reflexão, abrindo caminho para outras mais ajustadas e assertivas, fomentando a participação e o envolvimento de toda a comunidade. No projeto, foram realizadas 13 ações de capacitação parental, 5 ações de formação, 3 Jornadas da Educação e 14 sessões temáticas.

# Ajustamentos à situação criada pela pandemia



A pandemia da Covid-19 impôs o encerramento das escolas e consequente início do ensino a distância. Nesse sentido, a equipa técnica realizou esforços vários de forma a continuar a desenvolver uma intervenção junto dos Professores, Alunos e Famílias. A intervenção foi ajustada ao contexto de distância através de videochamadas, chamadas telefónicas e *e-mails*. Desde o dia 16 de março foram realizadas 3500 diligências, distribuídas em 1528 contactos com encarregados de educação, 492 realizados com as crianças, 1374 com técnicos, 18 reuniões de equipa e 88 relatórios.

A intervenção realizada em contexto de confinamento não se cingiu ao acompanhamento das crianças e respetivas famílias na área da aprendizagem e ao nível emocional e comportamental, reforçando-se a aproximação ao contexto familiar. Foram, também, realizadas sessões temáticas através das redes sociais, potenciando esta forma de comunicação o alcance de um maior e mais diversificado público. Assim, os três webinar realizados e as Jornadas da Educação resultaram em duas dezenas de horas de formação, alcançando milhares de docentes, não docentes e famílias, promovendo o debate em torno da educação contemporânea, as suas complexidades e os constantes desafios.

#### **Notas Finais**

Em cada um dos anos de execução do projeto, foi elaborado um relatório de avaliação, sintetizando os resultados obtidos nos diversos elementos avaliativos. Algumas notas: registou-se uma redução de 45% da taxa de retenção e desistência nos anos curriculares abrangidos na operação, quando a meta proposta seria de 25%; concretizámos 100% das parcerias previstas, permitindo enriquecer toda a intervenção junto dos alunos e famílias; a equipa estabeleceu uma parceria com a Federação Concelhia das Associações de Pais, trabalhando com todas as associações de pais do concelho, o que constituiu uma mais-valia na identificação das necessidades dos encarregados de educação; a equipa técnica definiu e implementou a totalidade de planos de intervenção referentes aos alunos acompanhados, com exceção de alguns no último ano, devido às restrições impostas pela pandemia; os inquéritos de satisfação intervenientes, realizados de forma contínua e sistemática, registaram um grau de satisfação próximo de 100%.

Pela sua implementação, até ao momento, temos de forma muito consolidada, as certezas: o Projeto ICC Intervém, porque tem a força e a capacidade que lhe é dada pelos seus promotores e agentes dinamizadores; Converge, porque aglutina vontades, diminui resistências e fomenta ânimos; Constrói, porque, cimentando caminhos, aponta metas propulsoras do alcançar de percursos educativos de sucesso.

Queremos, por isso, que continue connosco.

#### Irene Guimarães

Vereadora com o pelouro da Educação na CM de S. João da Madeira



# O PIICIE como possibilidade de criação e conjugação de visões, vontades e recursos

Imaginar, primeiro, é ver.
Imaginar é conhecer, portanto agir.
Alexandre O´Neill

Se podes olhar, vê. Se podes ver, repara.

José Saramago

A escola deve libertar-se de uma visão regeneradora ou reparadora da sociedade, assumindo que é apenas uma entre as muitas instituições da sociedade que promovem a educação. Nesse sentido, pensar de outro modo o espaço público da educação, através de um aproveitamento das potencialidades culturais e educativas que existem na sociedade e de uma responsabilização

 $do\ conjunto\ das\ entidades\ p\'ublicas\ e\ privadas.$ 

António Nóvoa

Neste texto, pretendemos enunciar problemas que têm marcado a concretização de *programas integrados e inovadores* ao nível municipal e supramunicipal e identificar caminhos que podem reforçar o desenvolvimento de comunidades mais coesas, mais solidárias, e mais inclusivas.

### **DOS PROBLEMAS**

1. Ausência de um projeto educativo local. Esta pode ser a questão mais relevante. Sem uma visão articulada, integrada, participada e estratégica de desenvolvimento para um determinado território não há programa que faça sentido e que se constitua como referencial para as instituições e para as pessoas que aí trabalham. Aliás, a própria carta educativa perde relevância e significado sem um projeto que a legitime e constitua.

O quadro legal que vem sendo produzido é um dos responsáveis desta ausência absurda e que acentua a lógica da centralização e reforça a visão tecnocrática da ação educativa. O programa integrado e inovador de combate ao insucesso escolar da responsabilidade das entidades supramunicipais podia ser uma

forma de superação desta ausência dotando a ação educativa nos territórios de visão, coerência, sentido, articulação, diálogo e sustentabilidade. Não estou certo que o tenha conseguido de forma geral e consistente, embora admita que, em alguns casos, possa ter gerado respostas relevantes.

- 2. Desarticulação entre o projeto educativo municipal e os projetos educativos das escolas e agrupamentos. Mesmo no cenário da existência de projetos educativos municipais, o processo de interceção e articulação com os projetos educativos de escola/agrupamento é tendencialmente débil ou mesmo inexistente. A lógica predominante é a do somatório de ações dirigidas a públicos específicos. Há brilhantes exceções que são a evidência feliz das possibilidades, mas não é uma evidência geral.
- 3. Falta uma plataforma de efetiva governação local resultante do esvaziamento do poder deliberativo dos conselhos municipais de educação ou da escolarização deste órgão. Por efeito de uma política errática, os conselhos municipais de educação ora são reconhecidos como instâncias de elevado valor educacional, ora tendem a assumir um grau quase zero de presença e de influência na concertação das ações educativas. Acresce a esta política escolarização órgão pendular, transformando-o (quando funciona) num palco dominado pelo poder do executivo municipal e pelo excessivo número representantes das escolas o que o tende a transformar numa arena de reivindicação instrumental de recursos.
- 4. Débil articulação entre programas curriculares (tuteladas pelo Ministério da Educação) e os programas extracurriculares gerados ao nível municipal. Este problema deriva, em larga escala, da ausência de um projeto local de articulação e de integração das práticas educativas desenvolvidas nas diversas instituições do território. Esta ausência de um quadro comum de referência (que parece não ser desejado por ninguém) reforça as dinâmicas (tão nefastas) da balcanização, dispersão e sobreposição.



#### **DOS CAMINHOS**

O enunciado dos problemas sinaliza, por si só, o caminho de futuro e do qual vamos tendo alguns exemplos bemsucedidos. E esse caminho passa, necessariamente:

- 5. Por uma ativação de lideranças visionárias, mobilizadoras, servidoras e de natureza multipolar. As lideranças ao nível do território (nomeadamente as entidades e as pessoas que constituem o Conselho Municipal da Educação) podem constituir-se enquanto excelentes catalisadores da mudança ou enquanto poderosas forças de bloqueio, dependendo das configurações e das lógicas de ação que assumem.
  - A mudança organizacional bem-sucedida necessita de lideranças que consigam "ver para além da montanha", que acreditem que o sucesso de uma escola só pode resultar de uma ação conjunta e concertada ao nível do território. E que, portanto, sejam capazes de mobilizar os diferentes atores em torno de uma visão e de um projeto comuns, numa lógica de responsabilidade partilhada pela melhoria dos níveis de prestação do serviço educativo. E isto é particularmente evidente nestes tempos de sucessivas emergências.
- 6. Criação de sinergias e complementaridades, reconhecendo que sozinha a escola pode pouco. Como refere António Nóvoa (2009) "sem ignorar o papel da escola em muitas destas missões, será que elas não devem ser assumidas primordialmente por instâncias sociais? Será que não devemos responsabilizar as famílias, mas também as comunidades locais, as associações culturais, as entidades laborais, as igrejas, os museus, as organizações científicas, os centros de saúde e os espaços artísticos e desportivos pelo cumprimento de boa parte destas missões?" Mas este ideal de rede precisa de um dispositivo local de natureza deliberativa que ative a participação e a conjugação de vontades e recursos.
- 7. Promoção de um espaço público da educação de natureza deliberativa. Não basta atribuir responsabilidades às diversas entidades, é necessário que elas tenham uma palavra a dizer, que elas tenham capacidade de decisão sobre os assuntos educativos. A

- operacionalização desta ideia obrigará a equacionar formas de organização dos cidadãos, para o exercício destas missões. E, na configuração legal que temos, os conselhos municipais de educação têm de ser reconfigurados na sua missão sociocomunitária de construção de visão e práticas mais comuns.
- 8. O êxito da construção e o desenvolvimento dos Programas Integrados e Inovadores de Promoção do Sucesso Escolar (PIICIE) viveram muito da forma como os municípios e as escolas [e as entidades supramunicipais] souberam construir uma visão e uma ação concertadas e edificar a confiança e o respeito mútuos. Há excelentes exemplos de colaboração e de construção coletiva que vão deixar marcas duradouras e expressivas no desenvolvimento de horizontes e de laços comuns. Exemplos de autonomia e de liberdade em que a ação dos atores deixou de ser determinada por uma lógica de submissão para passar a subordinar-se a uma lógica de implicação [i.e., de cidadania, de autoria...]. E pode ainda afirmar-se que esta prática permitiu passar de uma relação de autoridade baseada no controlo "vertical", monopolista e hierárquico do Estado, para uma relação negociada e contratual, baseada desmultiplicação e "horizontalização" dos controlos (centrais e locais). Porque é aqui, de liberdade nestes espaços coresponsabilidade que podemos desenvolver a nossa humanidade e a nossa comunidade (cf. Alves e Cabral, 2015). Ora, em certa medida, é este horizonte de possibilidade teórica,

#### Referências

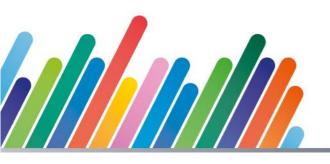
Alves, J. & Cabral (2015). Educação, território e governação – o programa Aproximar e a terceira margem. *Revista Portuguesa de Investigação Educacional*, vol. 15, 2015, pp. 35-52

normativa e prática que o PIICIE entreabriu.

Nóvoa, A. (2009). Educação 2021: para uma história do futuro. Revista Ibero-Americana de Educação, n.º 49, Janeiro-abril, pp. 181-199

### José Matias Alves

Centro de Investigação para o Desenvolvimento Humano da Universidade Católica Portuguesa



# CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, UMA INSTÂNCIA A POTENCIAR



1. Com a publicação do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) passaram a integrar os conselhos municipais de educação (CME). Estes órgãos constituem instâncias de consulta e reflexão, que têm por "objetivo a nível municipal, analisar e acompanhar o funcionamento do sistema educativo propondo as ações consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e eficácia do mesmo".

As competências dos CME mantêm-se praticamente idênticas às que tinham aquando da sua criação em 2003. A sua função principal é apoiar os municípios na coordenação do sistema educativo e na articulação da política educativa com outras políticas sociais, em particular nas áreas da saúde, da ação social e da formação e emprego. Daí que na sua composição se incluam os principais agentes da comunidade educativa e das áreas sociais.

De entre as matérias da competência dos CME, é de destacar (i) o acompanhamento do processo de elaboração da carta educativa, que constitui o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de equipamentos educativos, (ii) a adequação das diferentes modalidades de ação social às necessidades locais, que engloba os apoios socioeducativos, a rede de transportes escolares e a alimentação, (iii) a apreciação dos projetos educativos a cargo do município e ainda de um vasto conjunto de medidas de desenvolvimento educativo, que incluem o

apoio a crianças e jovens com necessidades educativas especiais, a organização das atividades de enriquecimento curricular (AEC), a qualificação escolar e profissional dos jovens e o desenvolvimento de iniciativas de carácter cultural, artístico e desportivo, entre outras.

É, pois, um órgão de consulta que, pela abrangência dos domínios sobre os quais se deve pronunciar, pode desempenhar um papel fundamental na promoção da melhoria do sistema educativo.

Os CME reúnem, ordinariamente, no início e no final do ano letivo e, extraordinariamente, sempre que convocados pelo seu presidente. Um aspeto a salientar quanto ao seu funcionamento é a possibilidade de deliberar a constituição interna de grupos de trabalho em razão das matérias a analisar ou dos projetos específicos a desenvolver. É uma faculdade, já exercida nalguns casos, que pode enriquecer e valorizar a ação dos CME, em particular nos casos em que têm uma composição numerosa. É ainda de referir que os CME podem convidar para as suas reuniões personalidades de reconhecido mérito nas matérias em análise. Tratase de possibilidades que, embora pouco exploradas até ao momento, constituem uma mais-valia a potenciar, dado representarem um nível de empenhamento e de participação mais ativa, em particular na discussão de questões estratégicas de política educativa e na construção de projetos educativos de base local.

2. O papel que as CCDR podem assegurar nesta instância de consulta está diretamente associado às suas áreas de competência próprias. Mais do que um contributo especializado em educação, importará proporcionar uma leitura das diferentes matérias em análise à luz das orientações de política de desenvolvimento regional, de ordenamento do território, de ambiente e de gestão dos fundos europeus estruturais e de investimento. Por outro lado, devendo as CCDR estar presentes em todos os CME da respetiva região, adquirem um capital de conhecimento sobre as diferentes abordagens que os problemas suscitam e as diversas soluções encontradas, que importará partilhar.



### A situação gerada pela pandemia

3. A leitura que nos propomos fazer sobre esta fase de vida dos CME, após a última alteração, está claramente condicionada por dois fatores determinantes: o tempo decorrido e a pandemia. A experiência vivida, que se traduziu na Região do Norte na participação num número ainda reduzido de CME, não atingiu sequer os dois anos. Por outro lado, a situação gerada pela pandemia obrigou a redirecionar as atenções para a criação de procedimentos de segurança e de proteção sanitária e de regras de funcionamento da escola, que garantissem as melhores condições de aprendizagem possíveis.

Neste contexto muito particular, a nota mais saliente respeita ao estreitamento da ligação entre as autarquias locais e as comunidades educativas. Trata-se de uma dinâmica com resultados palpáveis e que interessará potenciar no futuro. Há que reconhecer que foi este trabalho conjunto, em que tiveram papel de relevo as autoridades de saúde, que permitiu minimizar as dificuldades sentidas pelas escolas na resposta a uma nova e difícil realidade.

A passagem do ensino presencial para o ensino à distância constituiu o grande desafio deste último ano, a que só foi possível responder com a dedicação das escolas e das associações de pais e com o apoio das autarquias locais, nomeadamente na aquisição de equipamento informático para distribuição pelos alunos, na melhoria das condições de acesso à internet, no reforço da ação social escolar, na manutenção de muitas das atividades programadas, na reformulação dos planos de transporte escolar e no reforço do pessoal não docente.

É justo salientar o empenho de toda a comunidade educativa em tentar manter a escola aberta, dado que nada substitui o ensino presencial, quer em termos de aprendizagem, quer, numa outra área não menos importante, no desenvolvimento socioafetivo das crianças e dos jovens.

4. Não obstante a excecionalidade do tempo presente, é de relevar a continuidade de muitos projetos educativos, nomeadamente no âmbito das AEC e dos PIICIE, dada a consciência do impacto desta situação no agravamento das desigualdades sociais no acesso e no sucesso escolares.

Sem a pretensão de abarcar todos os projetos desenvolvidos, é de referir a criação dos observatórios municipais de educação, enquanto sistemas de apoio à decisão em matéria de educação, a análise e o planeamento da rede de oferta formativa, como estratégia para a mobilização da pessoa adulta, as plataformas informáticas de apoio ao ensino à distância, os laboratórios de inteligência emocional, as orquestras criativas, os projetos no âmbito do teatro, da música, da robótica e do xadrez.

### Para um primeiro balanço

5. Apesar da diversidade de situações existente, fruto de um contexto marcado pela grande variedade quanto à dimensão dos municípios, aos recursos e às práticas, o balanço é positivo e demonstrativo de uma dinâmica de cooperação e entendimento entre as autarquias locais e as escolas.

Os PIICIE constituem um exemplo evidente do maior envolvimento municipal e intermunicipal na educação, em áreas que, na maior parte dos casos, ultrapassam os campos de ação tradicionais. Sabemos, no entanto, que este caminho não é isento de dificuldades e pressupõe a partilha de responsabilidades e a concertação de vontades para a construção de uma visão e de uma estratégia comuns.

Nesta perspetiva, é reconhecida a necessidade de (i) planear em conjunto e atempadamente as ações, na procura de complementaridade; (ii) promover a circulação da informação nas escolas e entre a comunidade; (iii) acompanhar e avaliar a realização dos projetos. Para tal, consideramos que instâncias como os conselhos municipais de educação podem dar um contributo útil para uma melhoria progressiva da qualidade e da equidade da educação, fundamento principal da sua criação.

Antonio Lacerda, com a colaboração de Helena Teles, Irene Fontes, José Maria Azevedo e Maria de Lurdes Fernandes

Representantes da CCDRN nos conselhos municipais de educação



### **BREVES**

### ABANDONO PRECOCE DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EM 2020



1. Publicados os <u>resultados de 2020</u> relativos ao indicador *abandono precoce de educação e formação no grupo etário de 18-24 anos*<sup>1</sup>, verificamos que, de forma assinalável, mas sem surpresa, Portugal ultrapassa a meta de 10% definida para 2020, obtendo 8,9%.

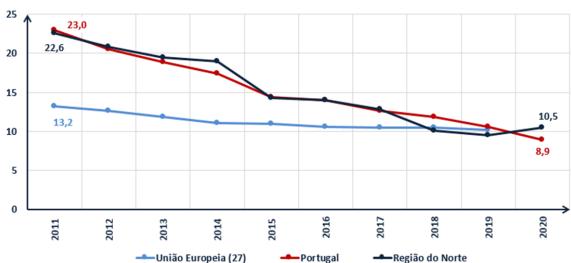
De forma assinalável, se recordarmos os valores registados no início da década anterior (23,8% em 2011), que eram, por sua vez, bem distantes dos do início deste século (44,3% em 2001).

Sem surpresa, porque o trajeto de melhoria progressiva na escolarização dos mais jovens, que acompanhou o investimento político e social na educação – concretizado em medidas como a escolaridade obrigatória de 12 anos ou até

aos 18 anos de idade, o reforço e a diversificação da oferta profissional e profissionalizante e das vias de dupla certificação ou a aplicação de programas de promoção do sucesso escolar –, haveria de se repercutir nestes resultados.

2. Os dados referentes à NUTS II Norte apresentam em 2020 um valor (10,5%) que volta a ser superior à meta de 10%, interrompendo a linha de decréscimo verificada há muitos anos (cf. gráfico). O Eurostat ainda não publicou o resultado de 2020 relativo ao conjunto da União Europeia (22.02.2021).





Fonte: EUROSTAT e INE

<sup>1</sup> Consiste na "proporção da população dos 18 aos 24 anos que completou um nível de escolaridade correspondente, no máximo, ao 3º ciclo do ensino básico e que não recebeu nenhum tipo de educação (formal ou não formal) na semana de referência ou nas três semanas anteriores." (Fonte: Inquérito ao Emprego, INE)



- 3. Apesar dos seus limites (ver, por exemplo, o relatório do <u>Tribunal de Contas</u>), este indicador desenha tendências e possibilita a comparação internacional. Numa dimensão diferente e complementar, não substitui informação mais sistematizada que permita acompanhar o abandono escolar que ocorre no período da escolaridade obrigatória.
- 4. Há neste indicador uma dimensão que nem sempre nos tem merecido a atenção devida: a distância persistente e significativa entre o resultado das mulheres e o dos homens. Assim, em Portugal, temos agora um valor de 5,1% para as M e 12,6% para os H, e, no Norte, 17,7% para os H num total de 10,5% para HM (não foi disponibilizado pelo INE valor para as M). Refira-se que em 2019 os valores no Norte eram de 14,7% para os H e de 4,1% para as M.

Estes resultados são coerentes com as diferenças que encontramos nos níveis de retenção e desistência nos ensinos básico e secundário e de escolarização e conclusão nos ensinos secundário e superior.

Importará ter em conta esta perspetiva tanto na compreensão dos resultados — considerando aspetos como a cultura escolar, a organização dos tempos e dos espaços nas escolas, os métodos de aprendizagem e a oferta educativa — como na redefinição das políticas e das práticas.

### **DIREITOS DA CRIANÇA**



A Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2020, publicada em 18 de dezembro, aprovou a Estratégia Nacional para os Direitos da Criança para o período 2021-2024.

Este documento enquadra "um conjunto de políticas de promoção dos direitos das crianças e de apoio à qualificação e autonomização dos jovens, centradas na aposta numa educação de qualidade para todos, na promoção do sucesso escolar, no acesso aos cuidados de saúde, no reforço da proteção social das crianças e jovens, e das suas famílias, na promoção da igualdade e da não discriminação e na garantia do acesso à prática desportiva, privilegiando a ação junto dos grupos mais vulneráveis como as crianças e jovens com necessidades específicas e as minorias étnicas ou religiosas, bem como na promoção da igualdade de género."

A Estratégia assenta em cinco prioridades:

I — Promover o bem-estar e a igualdade de oportunidades; II — Apoiar as famílias e a parentalidade; III
 — Promover o acesso à informação e à participação das crianças e jovens; IV — Prevenir e combater a violência contra crianças e jovens; V — Promover a produção de instrumentos e de conhecimento científico potenciadores de uma visão global dos direitos das crianças e jovens.

### **NORTE 2020**